**UM CAMINHO POSSÍVEL PARA EVOLUIRMOS ENQUANTO SOCIEDADE**

*Valéria da Rosa Castanho Rohr [[1]](#footnote-1)*

**RESUMO**

Atualmente fortes discursos sinalizam uma educação voltada para democracia e a educação como direito de todos. Mas será que existe garantia do direito social que possibilita a inclusão através da educação? Nosso projeto de democracia, não pode exonerar de responsabilizar a escola em acolher e trabalhar com as diferenças, muito pelo contrário, deve criar condições de aprendizagem de qualidade, e políticas publicas que respeitem os grupos sociais e culturais dentro das suas especificidades, não perdendo o norte do diálogo e das trocas de experiência. A luta e o reconhecimento das diferenças e da diversidade cultural, não podem andar isoladamente da educação, será através de reflexões conjuntas, ações e práticas educativas significativas, construídas de forma coletiva, que germinarão condutas sociais justas e igualitárias.

**Palavra Chaves**: diversidade cultural – educação – prática docente – currículo.

1. **INTRODUÇÃO**

Cada vez mais, enquanto docentes, temos trabalhado com a realidade da diversidade cultural em nossas escolas. Somos diariamente confrontados em nossas práticas, conferir uma proposta curricular multicultural para nossos discentes. Esta diversidade cultural nas escolas aplicasse em diversos ambitos, étnicos raciais, regionais, socioeconômico, entre outros. Neste enredo, a prática educativa de contextualizar conhecimentos tornasse um grande desafio.

Os diferentes grupos sociais e culturais em massa migrando nas escolas desperta uma miscelânea de sentimentos e dúvidas no corpo docente, que inúmeras vezes demonstram fragilidade de como lidar como esta situação. Muitos acabam ficando no discurso que a educação está no olho do furacão da sociedade, e acabam assumindo um papel de vítimas do cenário educacional. Não se apercebendo que este posicionamento fortalece a teoria excludente, das quais eles mesmos condenam. Utilizando da negação em entender e compreender a sociedade contemporânea e globalizada que vivemos. Deixando obviamente de aprofundar as reflexões acerca da mundialização cultural, suas implicações, vantagens e desvantagens para educação e sociedade como um todo.

Por outro lado, podemos notar algumas iniciativas positivas de práticas significativas, com relevantes experiências tanto no âmbito escolar, como em outros espaços de educação não formal, que apresentam propostas que transcendem ao pluralismo social. Apesar das conquistas, não podemos considerar uma orientação multicultural numa perspectiva emancipatória em nossas escolas que venha nortear as práticas curriculares (Sousa Santos. 2001: 13).

Para o autor (Connell. 1993: 42), a proposta curricular fundamentada na justiça e igualdade social seria o caminho para diminuir as desigualdades e problemas sociais desencadeados. O autor denomina isto de “justiça curricular”, pautada na escolarização comum e nos interesses dos menos favorecidos. Uma proposta que considere a diversidade cultural, a partir do seu contexto social procurando colaborar para o respeito e desenvolvimento do meio em que vive, evitando atos de opressão, preconceito e descriminação.

Se pegarmos o exemplo do Brasil, um país riquíssimo de diversidade cultural, esta realidade se trona ainda mais evidente e preocupante. Havendo a necessidade de repensar as políticas educacionais que contemple um currículo que permita a reflexão a respeito de uma orientação multicultural para as escolas. Naturalmente, que construir um currículo neste nível não seria uma tarefa fácil, nem sobre o ponto de vista macro governamental, quanto micro governamental dentro das redes municipais, pois requer novos objetivos; e para isso se requer uma nova postura profissional de diálogo e reflexão, todavia, pautados em novos conhecimentos e saberes, indispensável para a realização das discussões e consolidação das mesmas.

Tais avanços nem sempre são bem aceitos e compreendidos pelo corpo docente. Certamente em muitas realidades os obstáculos são os mais variáveis, desde ausência de formação continuada para os docentes até desfavoráveis condições de trabalho, o que desencadeia num fortalecimento destas resistências; distanciando-se dessa forma em solidificar a cultura como elemento central de seus planos e práticas.

Ainda segundo (Connell. 1993: 69), os currículos tem o poder de produzir e preservar divisões e diferenças. Um currículo bem fundamentado e contextualizado pode evitar a degradação da educação, e servir de ponte para solução de muitos problemas sociais.

Vale salientar, no entanto, que as contribuições acima realizadas não implica numa crítica da ação docente, aparentemente descomprometida com seu alunado. De fato, a realidade é muito difícil nas instituições públicas no Brasil e as formações docentes com inúmeras fragilidades, estas afirmações, as próprias pesquisas brasileiras revelam estas arestas. Nesta reflexão, contudo, argumenta-se uma corrente teórico-crítica, que visa valorizar o magistério e oferecer melhores condições de trabalho nas escolas públicas, articulada logicamente a uma busca de práticas pedagógicas empenhadas na inclusão dos grupos socioculturais marginalizados.

As relações entre escola e cultura são indissociáveis. Não há educação sem pessoas, ou seja, pessoas formam grupos sociais, grupos sociais geram culturas. Portanto, trazer para dentro dos muros escolares a discussão parece lógico, porém ainda muitas vezes é ignorado. A escola é uma instituição cultural, dessa maneira não podem ser vistas e trabalhadas de forma independentes, mas sim entrelaçadas, articuladas. Se percebermos esta relação essencial e distinta do universo educacional, este tema se reveste de novidade, desafios e competências.

A escola como mediadora de conhecimentos a partir de práticas educativas, tem o privilégio de desenvolver uma função social, de ser uma agente de transformação. Transmitir cultura, apresentar ao seu alunado o que de mais relevante produziu culturalmente a humanidade. Segundo Gimeno Sacristán (2001, p.21)

“A educação contribui consideravelmente para fundamentar e para manter a ideia de progresso como processo de marcha ascendente na história; assim, ajudou a sustentar a esperança em alguns indivíduos em uma sociedade, em um mundo e em um porvir melhores. A fé na educação nutre-se da crença de que possa melhorar a qualidade de vida, a racionalidade, o desenvolvimento as sensibilidade, a compreensão entre outros seres humanos, o decréscimo da agressividade, o desenvolvimento econômico, ou o domínio da fatalidade e da natureza hostil pelo progresso das ciências e da tecnologia propagandas e incrementadas pela educação. Graças a ela tornou-se possível acreditar na possibilidade, à utilização do conhecimento cientifico e à geração de uma nova ordem social mais racional.” Gimeno Sacristán (2001, p.21)

Esta seria uma das ideologias que sustenta a essência da educação. Este é o modelo cultural que ultrapassa décadas, em meio a conflitos e tensões, mas que para muitos educadores continua sendo um caminho possível para evoluirmos enquanto sociedade; partindo da ideia da igualdade de direitos a todos a partir de uma educação de qualidade.

No entanto, muitos estudos apontam para uma padronização dos conteúdos e homogeneização dos sujeitos no processo educacional. A educação ainda assumindo uma visão monocultural, tudo que diz respeito ao diferente, ao outro, parece uma grande barreira que historicamente não conseguimos vencer. Quando diferentes culturas submergem a uma realidade escolar, como por exemplo, povos originários, afrodescendentes ou de origem popular, costuma gerar inúmeros desconfortos, desestabilizam a lógica da escola, e por muitas vezes a escola acaba reforçando a discriminação e contribuindo para uma sociedade desigual. Para o autor Gómez (1998), compreende a escola como um espaço de “cruzamento de culturas”, esta perspectiva exige um novo olhar da escola para a sociedade, e consequentemente para seus sujeitos envolvidos nela, bem como a necessidade de se reinventar como mediadora reflexiva neste processo. O autor (Gómez. 1998: p.17) reafirma:

“O responsável definitivo da natureza, sentido e consistência do que os alunos e alunas aprendem na sua vida escolar é este vivo, fluido e complexo cruzamento de culturas que se produz na escola entre as propostas da cultura crítica que se situa nas disciplinas cientificas, artísticas e filosófica; as determinações da cultura acadêmica, que se refletem no currículo, nas influencias da cultura social, constituídas pelos valores hegemônicos do cenário social (...)”(Gómez. 1998: p.17).

As profundas raízes socioculturais buscam preservar esta tradição monocultural, todavia a educação esta diariamente sendo chamada a reaprender a lidar com a pluralidade de culturas, a respeitar e reconhecer os diferentes sujeitos, abrindo espaço para discussões e valorização das diferenças. A tentativa e o esforço em neutralizar e silenciar a discussão, gera inconscientemente maiores preocupações e angustias, do que se predispor para o novo, confrontando com a realidade e reaprendendo ao novo cenário resoluto da globalização.

A função política e social da escola ultrapassa selecionar uma relação de conteúdos historicamente acumulados a serem trabalhados em uma determinada série; e quebrar a cabeça com uma metodologia que alcance todos os sujeitos, que tinha como únicos objetivos preparar estes sujeitos para serem aprovados no vestibular ou para o mercado de trabalho. Quando superada esta visão, ambos compreendem que a racionalidade cientifica é indispensável para os processos formativos e informativos. Neste sentido, a educação escolar, embora não seja a protagonista para resolver todas as questões sociais, ocupa um papel importante de discussão sobre diversidade cultural em nossa sociedade (Munanga.1999: 29).

**2. UMA VOLTA PELA DIVERSIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

A partir do século XX nos países capitalistas a educação sentiu a pressão de popularizar o ensino, a fim de justificar as diferenças de rendimentos; afinal de contas, é muito comum neste modelo econômico o surgimento das desigualdades sociais, quer seja, desigualdades culturais, raciais, e sociais; neste caso atribuir pobreza a uma estirpe de inferioridade também é muito comum; gerando consequentemente uma cultura de exclusão no cenário social.

A partir desse modelo capitalista, o sistema de ensino brasileiro também sente a intervenção e os abalos, que acaba repercutindo numa diversidade cultural na educação administrada de maneira excludente e classista. Para o autor (Arroyo, 2000: 12) a cultura escolar, esta marcada por rotulação aos “fracassados”, e trabalha a favor do preconceito, especialmente a tudo que estiver relacionado à raça, classe e gênero.

Em meados dos anos 50 no Brasil, existia uma espécie de currículo oculto na educação que deixava subentendido que somente as pessoas que tinham maiores aptidões, dons e inteligência, teriam maior probabilidade de sucesso em suas vidas. Caso contrário, os que não conseguiam atingir os patamares estipulados pela escola, na sociedade estes indivíduos dificilmente conseguiriam um profissão de status e valorização profissional; eram vistos como desprovidos de inteligência e moral. Estas ações reforçavam cada vez mais as diferenças, contribuindo para consolidação de uma cultura, cultura esta de segregação e exclusão.

Já na década de 60 e 70 nasce a ideia, a partir de movimentos sociais, a educação compensatória, que trata de uma prática que visa compensar as deficiências culturais dos alunos, possibilitando uma suposta democratização do ensino. Para (Patto 1999: 51), os programas educacionais destinados às crianças nesta época legitimou o preconceito a trivitalidade social. A partir dos anos 80 se modifica o discurso na educação, e a preocupação que outrora diferenciava a criança “dotada” da criança hereditariamente “desprovida de inteligência” ou os de “fraca inteligência”, agora passa a ser vistas como crianças “carentes” das baixas classes sociais. O autor (D’Ávila. 1985: 14) contribui afirmando que neste período a exclusão é analisada sob a perspectiva ideológica que o Estado busca impor. O discurso da época era oferecer a estas crianças carentes, acesso a uma parte dos conhecimentos anteriormente destinados exclusivamente as crianças das classes altas. Nesta lógica, podemos compreender que a exclusão educativa não seja algo pontual ou isolado, e sim de responsabilidade macro do sistema político econômico, ou seja, uma reprodução dos interesses sociais. Aqui o autor novamente busca posicionar o papel da escola neste contexto, “situando nesse campo o instituído das instituições sociais que articulam, consolidam, reforçam lógicas, processos sociais e culturas”, (ARROYO, 2000, p: 34) denota que a escola só tende a partir das suas ações e práticas curriculares reforçar os mecanismos sociais preconcebidos.

Vale ressaltar que historicamente a educação brasileira demonstrou ser impositiva e excludente. Com suas raízes numa construção social, que privilegiava uma minoria; que idealizava uma realidade onde estes dominariam no campo econômico, político e cultural; (LUFT, 2000, p: 119) confirma que “a educação escolar desde sua origem, foi um instrumento para naturalizar a sociedade das classes” estas seriam uma das razões que a justifica a série de preconceitos enraizados em nossa cultura e em outras tantas.

Estas marcas da educação permaneceram no decorrer de toda a história, o poder público caminha para estruturar cada vez mais, um ensino para as classes trabalhadoras e incentiva uma educação privada a ser destinada a classe dominante. No modelo educacional tecnicista, a educação oferecida às classes desfavorecidas, estava voltada para ensino técnico profissionalizante, que se preocupava em satisfazer as necessidades do mercado industrial, limitando ao máximo o acesso a cultura e a críticidade.

Este cenário de exclusão social na educação, de desrespeito ao ser humano continua vivo até os dias atuais. A escola que alimentou o nascimento da exclusão social, conforme censo escolar 2000 realizado pelo Inep/MEC, têm revelado a invencível defasagem idade/série nas escolas brasileiras, com inúmeras repetências, ou seja, continua de muitas maneiras, o sistema educacional contribuindo para desistência e evasão destes sujeitos. Não se esta encontrando eficazes alternativas pedagógicas de incluir de forma digna estes sujeitos na sociedade. Com isso, se evidencia a necessidade da reformulação e implementação de políticas educacionais que fujam desta lógica seletiva e excludente.

**3. TECENDO UM POUCO MAIS SOBRE A DISCUSSÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL**

Ao consultarmos o dicionário, a definição da palavra diversidade cultural encontraremos; a diversidade de linguagem, tradições, culinária, religiões, costumes, modelos de organização familiar, a política, entre outras características próprias de um grupo de seres humanos que habitam um determinado território, entre outros. Devemos considerar a diversidade sob o ponto de vista cultural e político, que trata das diferenças observáveis empiricamente, ou seja, das experiências vivenciadas e das construídas ao longo do processo histórico, mais diretamente pautada as relações sociais e de poder.

O encantamento em falar sobre diversidade cultural, está justamente em ir além de reconhecimento das diferenças, e sim de analisar estas relações entre os diferentes, e idealizar as possibilidades. Neste sentido, as discussões não podem restringir-se a um comportamento, sustentando a antiga busca pela padronização; o diálogo deve caminhar ao rompimento do estigma da comparação, e perceber a riqueza que as diferenças podem potencializar aos padrões e valores que regulam as relações.

Ao idealizar um caminho possível, podemos perceber o distanciamento da educação neste percurso da diversidade, e quanto ainda temos para percorrer. É verdade, que a partir da década de 90 e dos temas transversais à educação tem em passos lentos avançando, tomando um espaço maior nos discursos pedagógicos. Cada vez mais a escola é pressionada a resignificar suas práticas, os cursos de pedagogia tem incluído em suas grades curriculares outras áreas das ciências humanas, como a psicologia, a filosofia e sociologia, justamente por compreender que o sujeito é um ser social, histórico, e culturalmente diferente. Este olhar para a heterogeneidade, que vislumbra o aprendiz na sua totalidade, é onde nasce a necessidade de transmitir conhecimentos associados a sua realidade.

Outro equivoco é pensar que o tema da diversidade é oriundo dos últimos anos, relacionado às ondas da globalização e das políticas neoliberais. É importante ponderar que a defesa pelos direitos humanos sempre esteve presente na trajetória da humanidade; muitos grupos ao longo da história lutam por igualdade e questionam os ditos padrões sociais; e as respostas a estes movimentos, muitas vezes, pelas relações de poder, foram violentamente respondidas, como por exemplo, a inquisição, a escravidão, o nazismo, entre outros. O que tem mudado não é o desejo por estes direitos, e sim as maneira como estas questões estão sendo vistas e tratadas, diminuindo as tentativas através da imposição e da violência; entrando então no campo das discussões, das reflexões e do diálogo. Abrangendo estes debates com maior tranquilidade em outras esferas da sociedade, nas famílias, na escola, nos trabalhos, nas relações em gerais e nos múltiplos espaços em que nos humanizamos.

Refletir a relação escola e diversidade cultural significa reconhecer e respeitar as diferenças, esta indagação deve estar no cerne do processo educacional. Compreende-se que o diferente não costuma nos encantar, portanto, a primeira vista, não será algo simples e romântico, porem necessário. Sairmos da zona de conforto costuma aparentemente deixarmos mais frágeis e desestabilizados, acaba nos desafiando a resignificar nossos saberes, nossas ações, princípios e valores. Trabalhar a diversidade cultural implica romper os preconceitos e superar velhos chavões.

Esta postura e afirmações não fazem apologia às diferenças, ou alguma espécie de negação, de forma nenhuma, acreditasse que todos têm claro, as aproximações e distanciamentos entre homens e mulheres por exemplo. A questão neste caso, diz respeito às práticas educativas adotadas pelos docentes, da função social da escola, e da carência de valores universais que aproximam os diferentes grupos sociais em viver e conviver de forma equilibrada e harmoniosa.

O tema em questão precisa estar presente nas discussões da escola. Trabalhar com as diferenças, está, sobretudo acima das particularidades de uma cultura, os educandos independente da sua cultura, dos seus costumes e valores, devem serem percebidos como seres únicos e dignos de respeito; e com infinitas capacidades de pensar e agir de forma individual. Ou seja, o docente deve avançar para a heterogeneidade de ações, e práticas pedagógicas, fugindo da lógica homogênea de educar e avaliar, buscando no seu planejamento respeitar o indivíduo dentro do seu tempo e espaço.

A crença de um padrão de comportamento e ritmo de aprendizagem condiz com práticas discriminatórias. Dando margem para que as diferenças sejam tratadas como anormalidades ou patologias, resultando em desigualdade. Esta postura muitas vezes inconsciente está longe dos profissionais que a educação necessita. Por muitos anos tivemos discursos como estes, recheados de intolerância, e como resultado vimos uma gigantesca gama de defasagem escolar e gerações segregadas ao anafalbetismo. Será que ainda queremos enquanto espécie continuamos nos auto-mutilando? Será que não seriamos capaz de repensar novas ações para obtermos novos resultados?

A escola tem o privilegio de ser uma instituição completamente sociável, marcado por símbolos, crenças, valores e culturas diversas. Estas riquezas e possibilidades precisam encantar nossos artesões. Temos uma diversidade de matéria prima, única, o ser humano. O educador tem a responsabilidade do desenvolvimento humano, e somente os docentes coletivamente poderão repensar num currículo adequado as diferenças, que conduz a escola além do seu aspecto institucional e de uniformização do conhecimento.

Sendo assim, a diversidade cultural deveria fascinar os agentes dos espaços educacionais, todavia, apesar de evoluirmos com relação ao tema, ainda temos muito a caminhar. De fato, refletir diversidade na escola, é questionar o papel do professor, onde os discentes assumem o foco do processo, e o professor busca desenvolver práticas pedagógicas coerentes.

**4. DIVERSIDADE CULTURAL E CURRÍCULO ESCOLAR**

Segundo os autores Stoer e Cortesão (1999) pesquisadores brasileiros utilizam como elemento de estudo o multiculturalismo crítico, que corresponde a um ponto de vista emancipatório. Que analisam as relações de poder, além da diversidade e das diferenças culturais. Estas relações de poder docente quando ameaçada, muitas vezes permite situações vulneráveis, onde o docente recorre a antigas práticas para resolver novos problemas. A situação se torna uma espécie de ciclo, o docente resistindo em manter como diria Luckesi (2008), lutando pelo seu suposto status a qualquer custo, não se permitindo ser questionado, nem mesmo frente às situações mais cotidiana, como por exemplo, a diversidade cultural.

Não tendo a pretensão de esgotar nenhuma discussão relacionada às novas possibilidades sobre o tema diversidade cultural nos currículos escolar, atreveria a afirmar que muitos currículos necessitam de uma desconstrução, se o currículo é o coração de uma instituição, e este tem o poder de desestabilizar ou acrescentar a maneira como o outro vive, com urgência este currículo necessita ser repensado. Trata-se de confrontar com modelos há séculos estabelecidos, e questionar estas estruturas e resultados. O desafio maior, de forma nenhuma está no meio dos discentes, que com muita tranquilidade acostumasse com as diferenças, a exemplo as classes que incluem crianças com necessidades especiais, os colegas percebem, acolhem e dialogam com estes sujeitos sem maiores dificuldades. A desconstrução está no universo docente, que luta pela homogeneização das classes, se rejeitam não somente o diferente, como tudo que for novo e desafiador. Na verdade uma grande contradição da profissão, que alimenta um ego de mestre, que segundo o dicionário seria a pessoa dotada de excepcional saber, competência, talento em qualquer ciência ou arte. Seria um sujeito a frente do seu tempo, aberto ao aprender e predisposto ao ensinar.

Nessa direção, proporcionar aos estudantes um currículo que contemple uma dimensão cultural e suas conexões, localizando-os no tempo e no espaço a partir das suas raízes históricas e culturais, relacionadas às experiências dos alunos com o mundo concreto, seria um bom inicio de conversa.

A proposta seria que o currículo passasse por reajustes e expansão, desconstruir o currículo oculto de desigualdades, e transformar este espaço educativo em um lugar de liberdade de expressão, de críticas, e de manifestos em favor do coletivo. Que o professor com tranquilidade possa exercer seu papel de líder democrático favorecendo novos patamares que incentivem uma renovada visão, além é claro da expansão cultural aos estudantes. E com isso garantindo a centralidade da cultura nos currículos e práticas escolares.

Acreditamos que esta postura docente assume estar ao lado do estudante, com ele e para ele. De maneira nenhuma, perceber este discente como seu adversário, ou algo semelhante.

Apesar de aparentemente a palavra discriminação e preconceito não fazerem parte do dicionário da educação, uma pesquisa realizada pela autora (Candau, 2003) revela o contrário. Ficou evidenciado que ainda sutilmente atitudes de discriminação e preconceito existem em diversas grandezas nas relações de professor x aluno. Estes dados apontam que a maior parte das discriminações sociais estão relacionados ao caráter étnico, mais precisamente a etnia negra, que historicamente assolam o território brasileiro.

A discriminação social não tem um único rosto, trata-se das diferenças de gênero, de características físicas, migração de povos, etc. A cultura da discriminação está corelacionada ao ser humano a demarcação de território, de poder, de superioridade e inferioridade. A imposição da discriminação alimenta o sentimento humano de força, de hierarquia, e de domínio. Sentimentos estes tão fortes quanto corrosivos.

A falsa sensação de igualdade na escola inicia inocentemente pelos discursos que “na escola todos são iguais”, não existe diferenciação, então uniformizam as crianças e adolescentes, e criam regras de comportamento e punição igual para todos. Sem falar da caótica situação de muitas escolas, que submetem os estudantes de comer a merenda escolar de colher, crianças de 4 anos até adolescentes de 14 anos; afinal de contas a justificativa é que “todos somos iguais”. E estabelecesse uma monocultura, onde a escola sem refletir práticas, tornasse reforçadora dessas condutas de discriminação.

Os juízos de valor estão desde a entrada dos portões da escola. Do olhar atento do professor aos relacionamentos entre os estudantes, das piadas, das brincadeiras, das crianças que correm no pátio da escola, sendo que aos seus verem, deveriam estar sentadas, e de preferência “imóveis” se assim fosse possível. Quando o sinal da “fabrica”(comparação) é dado, o professor já chega na sala de aula com uma pré-concepção dos seus alunos. Quando isso não acaba interferindo na avaliação deste discente, onde as concepções de avaliação destes docentes estão recheadas de juízo comportamental, e não de aprendizagem. Nesta reflexão não entraremos no mérito da avaliação, que deveria dentro desta corrente, avaliar o estudante de acordo com a evolução dos seus níveis de conhecimento, num modelo de ação-reflexão-ação, que avalia o sujeito na sua individualidade, respeitando seu tempo de aprender e sua bagagem histórico-cultural. Sempre é bom ressaltar que esta discussão a respeito da diversidade cultural e práticas educacionais avançam em outras direções além do currículo, pois abrangem o Projeto Político da escola como um todo.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A diversidade cultural e sem dúvidas um tema problemático e complexo a ser destituído. Falar abertamente com colegas de trabalho e estudantes numa base multidimensional contribuem na descaracterização deste cenário discriminatório. A primeira tendência é silenciar e evitar a reflexão a respeito, pois de maneira geral as pessoas envolvidas neste processo se confrontam consigo mesmas, com seu interior, e nem sempre encontram pensamentos e sentimentos humanos sensíveis ao próximo; todavia, é necessário com o grande grupo assumir seus monstros e recomeçar todos juntos a idealizar novas ações antidiscriminativas em todo espaço educacional. E em conjunto reforçar estas práticas até tornassem naturais e cotidianas.

Como percebemos no discorrer deste artigo, falar de diversidade cultural e escola, é uma tarefa indispensável, todavia, um caminho de muitas pedras. Pois se trata de quebrar paradigmas, estigmas, historicamente enraizados. Costumo parafrasear, que a educação tem um papel fundamental na sociedade, e que se tivéssemos feito uma boa reflexão do processo nestes últimos 30 anos enquanto educadores e agentes responsáveis da nossa sociedade, muitas consequências a nível educacional e social não estaríamos colhendo hoje, muitas consequências que poderiam ter sido evitados. Um currículo na perspectiva multicultural emancipatório não basta acrescentar datas comemorativas, temas transversais fragmentados, entre outros. É uma mudança de postura profissional, de sentimentos, que impulsionam novos olhares e novas práticas.

O papel do professor neste processo de reestruturação educacional é fundamental. Neste sentido, um *locus* estrutural, seria a formação docente continuada, ofertando um marco teórico e afinando os debates dos desafios da sociedade globalizada, capitalista e excludente que vivemos; e aos poucos provendo a inclusão destes avanços em nossos espaços escolares.

Lembrando que esta temática é para muitos, percebida como uma ferida cultural, dolorida de mexer, pois precisaremos nos despir emocionalmente, muitas vezes relatando nossas próprias histórias e experiências, muitas delas também vítimas de preconceito e discriminação. Com certeza nesta trajetória encontraremos histórias de vida dramáticas, marcadas de muita dor e sofrimento, que naturalmente constituíram o seu “eu” com algumas deformidades. Este encontro com eu, com nossa identidade profissional, nos remete a cicatrizes e feridas ainda abertas, que como seres humanos não gostamos de incitar. Todavia, este despojar de expressões, aproxima-nos do outro, com um efeito grandemente libertador, pois além de curativo, estimula a entrada no universo do “outro”.

O principal propósito desta reflexão é esta, entender o outro, colocar-se no lugar do outro, respeitar sua forma de pensar, sua cultura historicamente construída. Associando este contexto aos currículos escolares, sob o viés de conceber agentes críticos que contribuam para uma sociedade justa e igualitária.

**UMA MANERA POSIBLE PARA EVOLUCIONAR A MEDIDA EMPRESA**

**RESUMEN**

Actualmente discursos fuerte señal de una educación para la democracia y la educación como un derecho de todos. Pero, ¿hay garantía de lo social que permita la inserción a través de la educación? Nuestro proyecto de democracia, no puede aliviar la responsabilidad de la escuela para dar la bienvenida y trabajar con las diferencias, por el contrario, debe crear condiciones de aprendizaje de calidad, y las políticas públicas que respeten los grupos sociales y culturales en sus respectivos específica, no perder el diálogo norte y el intercambio de experiencias. La lucha y el reconocimiento de las diferencias y la diversidad cultural, la educación no puede caminar por sí solo, que será a través de reflexiones conjuntas, acciones y prácticas educativas significativas construidas colectivamente, que crecerán justa e igualitaria comportamiento social.

**Palabra clave**: diversidad cultural - la práctica de enseñanza - educación curricular

**REFERÊNCIAS**

ARROYO, Miguel Gonzalez. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In: ABRAMOWICZ, Anete; MOLL, Jaqueline (Orgs.). Para além o fracasso escolar. São Paulo: Papirus, 2000.

CANDAU, Vera Maria. Somos todos iguais?Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro. 2003.

CONNELL, Robert W. Schools and social justice. Montréal: Our Schools/Our Selves Education Foundation, 1993.

D’ÁVILA, José Luiz Piotto. A crítica da escola capitalista em debate. Petrólopis: Vozes; Ijuí: Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação no Noroeste do Estado, 1985.

GIMENO SACRISTÁN, José. A educação obrigatória. Porto Alegre: Artmed.2001.

LUFT, Hedi Maria. O paradoxal papel da escola: pomete incluir, excluindo. IN BONETI; Lindomar Wessler. Educação, exclusão e cidadania. Ijuí: Edunijuí, 2000.

LUCKESI. Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. Cortez. 2008.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil - Identidade Nacional versus Identidade Negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PEREZ GÓMEZ, Angel. La cultura escolar en la sociedad neoliberal. Madrid: Morata, 1998.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo, conhecimento. Educação & Realidade, v. 26, nº 1, p. 13-32. 2001.

STOER, Stephen. R., CORTESÃO, Luiza. Levantando a pedra: da pedagogia inter/multicultural às políticas educativas numa época de transnacionalização. Porto: Afrontamento, 1999.

1. *Mestranda em Educação. Universidad de La Empresa. Uruguay. Março/2016.*

   *Disciplina: Culturas, Saberes e Práticas docentes.* - *Professor: Fernando Klein* [↑](#footnote-ref-1)